



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 02/08/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Governo estuda liberar saque do FGTS na demissão para trabalhador que aderir ao saque-aniversário

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego, afirmou nesta terça-feira (1º) que o governo federal pretende enviar um projeto de lei que altera algumas regras para o saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O objetivo é propor que trabalhadores que aderirem à modalidade possam ter direito à retirada do dinheiro também quando forem demitidos.

A declaração foi dada no “Mutirão de Emprego”, do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, evento de promoção de empregos, que neste ano oferece 12 mil vagas.

Marinho explicou que o formato do saque-aniversário se manteria inalterado, mas com a possibilidade extra de o trabalhador ter o direito de sacar seu saldo quando passar por uma demissão, segundo informou a “Folha de S.Paulo”.

O tema vem sendo discutido no governo Lula e vem sendo encabeçado por Marinho, declaradamente contrário ao formato atual da modalidade de saque. Ele chegou a defender o fim da opção, mas voltou atrás.

Além dessa possibilidade de saque na demissão, o Ministério do Trabalho também considera autorizar saques retroativos, para optantes do saque-aniversário desde o início da vigência da lei, em 2019. A preocupação de técnicos da área econômica é de que essas retiradas retroativas descapitalizem o fundo, utilizado também para o financiamento habitacional e saneamento.

Marinho já prometeu mudanças no saque-aniversário para o 2º semestre de 2023.

Durante o evento desta terça, Marinho também comentou sobre o patamar de juros e diz esperar o início de um ciclo de queda da Selic. Membros do Copom (Comitê de Política Monetária) vão se reunir nesta terça (1) e quarta (2) para definir o rumo da taxa básica de juros. A expectativa é de queda de 0,5 ponto percentual (p.p) ou 0,25 (p.p).

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 02 de agosto.

### Justiça garante auxílio-doença para dona de casa por trabalho doméstico

A Justiça Federal de Santa Catarina decidiu que uma dona de casa de 47 anos tem o direito de receber o auxílio-doença do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social) por comprovar que não tem condições de exercer seu trabalho doméstico.

Com 2 votos a 1, a 2ª Turma Recursal de Santa Catarina decidiu que há direito ao benefício por incapacidade temporária pois prevaleceu o entendimento de que a atividade de cuidar da própria casa não é diferente das exercidas pelos demais trabalhadores domésticos protegidos pela Previdência Social.

A Folha entrou em contato com o INSS nesta terça-feira (1º), mas não teve resposta até a publicação deste texto.

A trabalhadora contribui como segurada facultativa do INSS desde outubro de 2014 e, em agosto de 2021, apresentou problemas na coluna lombar (lombociatalgia por hérnia discal, com sinais de radiculopatia), conforme atestado por perito judicial.

O INSS negou seus pedidos administrativos para receber um benefício por incapacidade e, por isso, ela procurou a Justiça Federal.

Em outubro de 2022, o juiz federal Daniel Raupp rejeitou o pedido da segurada, com base em um laudo complementar do perito judicial. No documento, o perito aponta que ela estava apta para "exercer trabalhos no âmbito doméstico, em que as atividades podem ser desenvolvidas sem cobrança de horário e produtividade, respeitando suas limitações, conforme sua disposição e podendo receber auxílio de familiares".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 02 de agosto.

## **Banco Central 'certamente' vai reduzir Selic, diz Fernando Haddad**

Em entrevista à EBC na manhã desta quarta-feira (2), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ter certeza de que o Copom (Comitê de Política Monetária) irá reduzir a Selic pela primeira vez em três anos.

"Temos um espaço importante para a queda da taxa básica e, quando cai a taxa básica de juros, o que certamente vai começar a acontecer hoje, você vai ter uma perspectiva de diminuição dos juros futuros, o que implica que as empresas vão começar a captar mais barato e, ao final, isso vai acabar chegando no consumidor", disse.

Haddad afirmou ainda que parte do mercado espera uma redução de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros.

O Banco Central define hoje taxa Selic, mantida há um ano inalterada no patamar de 13,75%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 02 de agosto.

## **Segunda fase do Desenrola será para dívidas não bancárias**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quarta (2) a segunda fase do programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil. A partir de setembro, o governo federal irá arcar com dívidas não bancárias.

Para ter a dívida garantida pelo Tesouro Nacional, o credor terá que aderir ao Desenrola Brasil. Segundo Haddad, será exigido do credor um desconto para ter o crédito garantido pelo governo.

"Vamos supor que você tem uma dívida de R\$ 1.000, e o credor não bancário deu 80% de desconto. Ele [o credor] vai ter certeza de que os R\$ 200 ele vai receber, porque vai ter aval do Tesouro Nacional. E você vai poder parcelar esses R\$ 200 numa agência bancária, porque todos os grandes bancos entraram no Desenrola", afirmou o ministro, que espera desconto "bastante expressivos" por parte dos credores.

Na próxima etapa, disse, o governo vai disponibilizar uma central telefônica para auxiliar credores e devedores a utilizar o site do programa.

Na primeira fase do Desenrola, foram retirados dos cadastros de restrição cerca de 7,5 milhões de apontamentos negativos aos nomes de clientes com dívidas de até R\$ 100 acumuladas no governo anterior \_inscritas até 31 de dezembro de 2022.

Haddad disse que as dívidas bancárias negociadas possam atingir R\$ 50 bilhões pelo Desenrola.

O Desenrola começou em 17 de julho, com a renegociação de dívidas de clientes com renda mensal entre dois salários mínimos e R\$ 20 mil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 02 de agosto.

## **MP do Salário Mínimo terá segunda audiência na quarta**

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 1.172/2023, que aumentou o valor do salário mínimo, vai promover sua segunda audiência pública nesta quarta-feira (02).

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) é presidente do colegiado, o deputado Merlong Solano (PT-PI), relator e o deputado Samuel Viana (PL-MG), vice-presidente.

Para o debate estão convidados representantes dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A MP elevou o valor do salário mínimo para R\$ 1.320 desde o dia 1º de maio. A mudança representa um aumento de 2,8% com relação ao valor de R\$ 1.302 do início do ano. O texto precisa ser votado até 28 de agosto para não perder a validade.

A medida suspendeu a tramitação da MP 1.143/2022, editada em dezembro de 2022, ainda no governo de Jair Bolsonaro, que fixou o valor do salário mínimo em R\$ 1.302.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 02 de agosto.